



Preparando o Crescimento

2004



Estabilizando para crescer

O ano de 2003 foi o ano do ajuste, o ano da consolidação de condições para o crescimento. A agenda econômica do governo nestes últimos meses teve dois momentos: um primeiro, de enfrentamento dos grandes desequilíbrios macroeconômicos herdados do governo anterior, em que se destacaram um firme ajuste fiscal e o combate à inflação – compromissos assumidos durante a campanha eleitoral, no Programa de Governo e na Carta ao Povo Brasileiro. Passada a fase crítica da estabilização, o segundo momento foi de criação de condições para a retomada, em bases sólidas, do crescimento e para a melhora da distribuição de renda no País.

O objetivo inicial do governo foi restaurar a credibilidade na política econômica e, principalmente, nos rumos da economia nacional, de modo a garantir a superação do ciclo inflacionário que se iniciava, a recuperação das linhas de financiamento externo e, principalmente, criar condições para um ciclo de crescimento sustentado.

A política econômica desse período teve como um de seus aspectos centrais a construção de condições fiscais que garantissem a sustentabilidade da dívida pública. Por essa razão, uma das primeiras medidas do governo foi elevar a meta de superávit primário para 4,25% do PIB, nível suficiente para, num primeiro momento, estabilizar e, num prazo mais longo, reduzir a relação entre a dívida pública e o PIB.

Ao contrário da política fiscal do governo anterior – que se caracterizou por um aumento contínuo da carga tributária, passando de 25% do PIB em 1993 para 36% do PIB em 2002 –, o ajuste das contas públicas em 2003 se deu num contexto de queda da carga tributária.

Reconhecendo que a carga tributária já estava muito elevada, o governo reagiu a esta queda de receita por meio de um corte expressivo das despesas. Foi um ajuste duro, mas necessário para garantir a solvência das contas públicas. Foi também uma clara indicação de que a política fiscal deste governo é qualitativamente diferente da adotada pela administração anterior.

O ajuste externo – que se reflete num superávit comercial superior a US\$24,8 bilhões em 2003 – resulta, em parte, do patamar bastante favorável da taxa de câmbio efetiva real, mesmo após a valorização nominal do real ocorrida no ano. Mas este é também consequência da vitalidade das empresas brasileiras, que vêm cada vez mais aprendendo a explorar os mercados externos, minimizando o efeito da contração da demanda doméstica ocorrida em 2003.



Recuperação da atividade econômica

Uma vez controlada a inflação, o Banco Central promoveu um processo de redução consistente da taxa básica de juros, que foi diminuída em 10 pontos percentuais entre junho e dezembro. Deu-se início, assim, ao processo de recuperação do crescimento econômico, que tende a se consolidar ao longo dos próximos meses.

Na retomada do crescimento, o governo adotou algumas medidas específicas, que contribuíram para estimular a recuperação da demanda doméstica. Entre essas se destacam medidas de estímulo ao crédito, bem como a redução temporária das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre veículos, com forte reflexo no aumento das vendas de automóveis entre setembro e dezembro. Destaca-se também a criação de uma linha de crédito com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para aquisição de eletrodomésticos da chamada linha branca, que induziu as lojas a baixar os juros nas vendas de eletrodomésticos. O impacto nas vendas foi bastante positivo.

Hoje já podemos apresentar resultados favoráveis quanto à recuperação da atividade econômica e vislumbrar uma trajetória clara de consolidação do crescimento. A produção industrial cresceu 6,4% entre junho e dezembro. O mais importante é que esta expansão vem sendo acompanhada por um aumento expressivo da produção de bens de capital, indicando uma ampliação da capacidade de investimentos – essencial para sustentar o crescimento no longo prazo.

Embora o processo de recuperação do crescimento esteja apenas se iniciando, as condições macroeconômicas para a consolidação de um ciclo prolongado de desenvolvimento são muito boas. Sempre que há um desajuste relevante em alguma variável macroeconômica – inflação elevada, contas públicas desajustadas ou fragilidade nas contas externas –, o processo de ajuste acaba limitando o crescimento econômico.

Nesse sentido, a atual situação econômica do País – caracterizada por inflação em queda e sob controle, por uma política fiscal que permitirá a redução progressiva da dívida pública e por uma situação bastante sólida nas contas externas – é muito propícia ao crescimento, ao contrário do que ocorreu nos últimos anos. Trata-se de uma conjunção de variáveis macroeconômicas que não se observa no Brasil desde o início dos anos 70.

É essencial que essa consistência macroeconômica, cuja consolidação tanto custou para o País, seja preservada nos próximos anos. Só com a manutenção prolongada da estabilidade



econômica é que poderemos romper com a trajetória de curtos períodos de crescimento, seguidos de crises, que marcou os últimos anos.

A política macroeconômica, no entanto, é apenas parte do trabalho a ser realizado. A agenda para os próximos anos deverá estar muito mais centrada na criação de condições para o desenvolvimento, por meio do crescimento sustentado da economia e da redução das desigualdades sociais do País.